Revista Espaço Acadêmico - Nº 106 - Março de 2010
ANO IX - ISSN 1519-6186

Recontando Mary Douglas: metodologias de pesquisa para análise de uma trajetória intelectual

Christiano Key Tambascia*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo reconstituir brevemente uma experiência de pesquisa, de forma a repensar algumas questões metodológicas, relacionadas com os estudos de história de vida. Mais especificamente, tentarei argumentar pela possibilidade de conjugar a análise sociológica do contexto da produção etnográfica da antropóloga Mary Douglas no Congo Belga com uma reflexão da própria trajetória do trabalho.

Palavras-chaves: Mary Douglas; história da antropologia; teoria antropológica; histórias de vida.

Abstract: The present article aims to briefly reconstruct a research experience, in order to revisit some methodological issues, related with the studies of life history. Specifically, I will try to argue for the possibility of articulating the sociological analysis of the ethnographical work context of the anthropologist Mary Douglas in the Belgian Congo with my own work trajectory reassessment.

Key words: Mary Douglas; history of anthropology; anthropological theory; life histories.

Meu objetivo neste texto é tentar problematizar algumas das questões caras aos estudos de trajetória e biografia, especificamente no campo antropológico, que há muito utiliza histórias de vida como ferramenta analítica em sua metodologia de pesquisa.

Para tanto, tratarei de algumas questões surgidas em meu próprio trabalho realizado para a tese de doutoramento em antropologia, conduzido em grande medida em instituições estrangeiras (especialmente britânicas e americanas).

Em janeiro de 2007, através de uma bolsa de estágio de doutoramento[1], cheguei em Londres para entrevistar a antropóloga Mary Douglas, que se tornou uma das principais expoentes da disciplina na segunda metade do século passado – no Reino Unido e no exterior[2]. Minha intenção era conversar com Douglas sobre o seu período de trabalho de campo, realizado no Congo Belga (então ainda colônia belga na costa centro-ocidental africana) nas décadas de 1940 e 1950, para tentar compreender a importância deste no conjunto da obra antropológica da autora. Acreditava que complementaria, assim, o estudo do contexto da produção do início de sua

[1] Sou grato à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pela oportunidade dada para a pesquisa durante o ano de 2007 em Londres. Meus agradecimentos também vão para o programa de pós-graduação e ao departamento de antropologia social da Universidade Estadual de Campinas pelo financiamento de uma nova viagem de trabalho realizada em Chicago e em Evanston, em outubro de 2008.

[2] Douglas é referência obrigatória para os programas de antropologia em diversas das principais universidades no mundo. Muitas vezes até fora do campo acadêmico antropológico stricto sensu, como na área dos estudos sobre o Velho Testamento e na de análises de risco. Algumas de suas obras, na verdade, tornaram-se mais conhecidas do público destas outras áreas do que da própria crítica antropológica.

carreira, que seria feito com uma revisão bibliográfica, dos principais trabalhos africanistas com os quais Douglas dialogou e de suas influências intelectuais – ou seja, a análise do campo acadêmico britânico africanista de meados do século passado – com elementos trazidos pela própria memória da antropóloga sobre tal período formador, através da realização de sua história de vida.

Douglas já havia concordado em me auxiliar com a pesquisa, o que fez com que tivesse esperança de que pudesse testar a possibilidade de conjugar uma análise de cunho mais sociológico – inspirada sobretudo pelo trabalho de Pierre Bourdieu sobre o campo acadêmico francês – com a abordagem mais subjetiva das histórias de vida. Imaginava que poderia relacionar os descobrimentos sobre os constrangimentos inerentes à inserção no campo acadêmico – suas regras específicas de prestígio – com as explicações de Douglas sobre sua própria trajetória. Ainda que isso pudesse ocasionar, em determinados momentos, aparentes contradições entre as subjetividades do relato biográfico e a pretendida objetividade sociológica, como nos diz Kofes (KOFES, 2001).

O trabalho foi bastante inspirado, inicialmente, por uma questão colocada por Richard Fardon, que publicou, em 1999, uma biografia intelectual de Douglas (FARDON, 1999): ainda que, inegavelmente, a antropóloga tenha consolidado uma trajetória de sucesso na disciplina, ao menos no campo africanista, em que iniciou sua carreira, ela teria sofrido uma certa marginalização.

Até meados da década de 1960, quando publicou seu livro mais conhecido, *Pureza e Perigo* (Douglas, 1976) – e tomaria um caminho "mais teórico" e intelectualista – Mary Douglas poderia ser definida como uma africanista: realizou uma pesquisa de campo intensiva (nos moldes tornados canônicos pelo trabalho de campo de Malinowski nas primeiras décadas do século XX), lia e resenhava as publicações de seus colegas que também faziam pesquisas na África, escrevia alguns artigos por ano sobre seu próprio trabalho, e publicou uma monografia, em 1963, sobre os Lele do Kasai (DOUGLAS, 1963), a sociedade matrilinear que visitou em 1949, 1950 e novamente em 1953 (o trabalho de campo resultaria em seu doutoramento pela Universidade de Oxford; DOUGLAS, 1953). Não obstante, sua obra mais propriamente etnográfica passou relativamente despercebida (ou ao menos ignorada em grande medida) pelos antropólogos africanistas que neste período passaram a dominar o campo: especialmente o grupo formado em torno do antropólogo sul-africano Max Gluckman na Universidade de Manchester[3].

Descobri que esta era uma excelente porta de entrada para problematizar a relevância do período africanista de Douglas em sua obra teórica posterior (apontado pela própria antropóloga como fundamental para suas reflexões sobre a relação entre as normas classificatórias das sociedades, com sua base simbólica e com a estrutura da organização social), já que me parecia possível contornar as objeções de Bourdieu sobre a "ilusão

[3] E no instituto de pesquisa rodesiano Rhodes-Livingstone, por muito tempo chefiado por Gluckman antes de sua ida ao departamento de antropologia de Manchester. Muitos dos antropólogos de Manchester também haviam trabalhado com Gluckman no Rhodes-Livinstone, como Elisabeth Colson, Clyde Mitchell, John Barnes, Victor Turner, Fredrik Barth, apenas para nomear alguns. Gluckman assumiu a recém-criada cadeira de antropologia de Manchester em 1947 e a partir deste período a universidade passou a dominar o campo africanista britânico, antes resumido em Oxford, em Cambridge e, em menor grau, na *London School of Economics*.

biográfica" (BOURDIEU, 1997) e colocar sob foco o processo de consolidação de uma trajetória acadêmica no Reino Unido, exemplificado-o com o caso de uma de suas principais expoentes e relativizando, assim, a oposição indivíduo versus sociedade, ou subjetividade versus objetividade, que geralmente é lembrada nos estudos sobre história de vida.

Crapanzano (CRAPANZANO, 1984), por exemplo, ao pensar sobre a relação dialógica do encontro etnográfico, constituída em campo, afirma que o caráter biográfico existente tende a ser omitido no momento da escrita. Para o autor, isto é reflexo da tensão existente na antropologia entre suas pretensões científicas e a dimensão inter-subjetiva do encontro etnográfico, que pode ocasionar suspeitas acerca da utilização das histórias de vida na disciplina.

Não obstante, minha metodologia de pesquisa teve que ser alterada, já que Douglas adoecia rapidamente, impossibilitando os repetidos encontros necessários para a realização de entrevistas sobre minhas hipóteses de trabalho.

A antropóloga faleceu em maio de 2007, na capital londrina. Tive, então, que focar minha atenção nos arquivos das instituições por onde passou e que tiveram alguma relação com sua pesquisa de campo, bem como me voltar para a investigação junto aos seus familiares e colegas.

O restante do ano de 2007 (e alguns meses do ano de 2008) foram dedicados à pesquisa de arquivos e referências bibliográficas, bem como à realização de entrevistas com diversos indivíduos que conheceram Douglas ou podiam me dizer algo sobre sua trajetória – especialmente sobre o período de sua carreira africanista. Tal mudança de metodologia (se uma análise bibliográfica para reconstituir o contexto de sua produção etnográfica já era prevista, ela teve que ser intensificada) possibilitou, entretanto, que algumas novas questões surgissem. Acredito, neste sentido, que uma reflexão sobre outra trajetória – a desta pesquisa – possa ser relevante para esclarecer e complexificar alguns pontos relacionados com os ganhos analíticos de algumas ferramentas caras à antropologia, no tocante à própria construção do conhecimento antropológico (um dos principais objetivos iniciais da pesquisa).

Ao trabalhar nos arquivos do *International African Institute*, que financiou a pesquisa de campo de Mary Douglas, mas também nas bibliotecas da Universidade de Oxford, onde a antropóloga se formou, ou nos arquivos da Universidade de Northwestern, em Evanston, onde lecionou na década de 1980, me senti como um detetive, perseguindo as pistas de sua passagem por tais instituições. Percebi que ao tentar reconstituir os passos e as pegadas de Douglas, com cada novo depoimento, com cada nova carta analisada, com cada novo documento encontrado, criava uma espécie de mosaico narrativo da análise do percurso, sobre as escolhas e constrangimentos que enfrentou no campo acadêmico britânico pós Segunda Guerra.

Uma reflexão sobre a maneira como minha própria pesquisa foi desenvolvida, por outro lado, possibilitou compreender que não existia uma forma ideal para analisar a importância do africanismo de Douglas em sua teoria subseqüente. A utilização das fontes que levantava sobre este período de sua carreira não contradiziam as hipóteses sobre a marginalidade da antropóloga no campo africanista. Na verdade elas conferiam concretude a análise do contexto da produção etnográfica, mesmo que inicialmente fosse possível imaginar que estes elementos narrativos não

corroborassem o conteúdo de outras fontes bibliográficas[4].

Na realidade, a contraposição destes múltiplos discursos (que podiam, por exemplo, assumir a forma de fofocas e conversas de bastidores) constituiu a base da narrativa da pesquisa.

Foi na conversa com Leles residentes em Londres, por exemplo, com quem Douglas mantinha freqüente contato, até o final da vida, que percebi que sua experiência de campo no Congo não era apenas fonte para suas publicações posteriores, mas acompanhava de fato sua trajetória. Fosse em sua análise das regras dietéticas do Velho Testamento (principalmente DOUGLAS, 1993; DOUGLAS, 1999a; DOUGLAS, 2004) ou em suas reflexões sobre os mecanismos simbólicos dos sistemas classificatórios nas sociedades: a relação entre as formas de associação e as formas de julgamento moral que as ratificam (ver, por exemplo, FARDON, 1987). Como a própria autora não hesitou em confirmar em diversas ocasiões:

> "Então, eu tinha realizado meu desejo. Fui para um lugar em que um povo elegante e inteligente vivia em uma região linda e montanhosa, com arcos e flechas, palmeiras, um grande rio, e florestas tropicais. Embora eles estivessem sob o controle do Estado belga, ainda viviam uma vida própria, com suas próprias tradições. Eles estavam bastante isolados. Eu tinha realizado o meu desejo... Os Lele me influenciaram mais do que qualquer outra coisa em minha vida profissional. Qualquer coisa que eu escreva, estou sempre pensando nos Lele" (DOUGLAS, 1999b).

Creio que a adoção de tal perspectiva – conjugar a análise sociológica com a "descrição densa" de uma análise mais fina – implica na possibilidade de considerar seriamente a postura reflexiva que a própria antropóloga adotou em diversas publicações (ainda que não tenha escrito uma auto-biografia). Pois, se em um primeiro momento, parece que podemos concordar com Bourdieu, admitindo que o sujeito biografável pode cair na armadilha de orquestrar o sentido de sua trajetória ao construir discursos sobre si[5], temos que ultrapassar as ressalvas quanto a arbitrariedade do recontar a própria vida e a aceitação de uma filosofia da história como narrativa totalizante, e dar real importância para a interpretação da própria Douglas sobre suas escolhas e os obstáculos enfrentados.

A teoria de Bourdieu (por exemplo BOURDIEU, 1993) sobre as regras do campo (um universo social relativamente autônomo das esferas política e econômica, cujas normas próprias definem a posição do sujeito no interior deste mesmo campo e seu acesso aos princípios de prestígio e status, e que podem ser determinadas pela análise das estruturas de poder e das condições de produção de habitus), pode ser confirmada no estudo das redes sociais estabelecidas no africanismo e das oportunidades de financiamento para

[4] A bem da verdade, se Douglas não gozou da interlocução que buscava, com outros africanistas britânicos, não se pode dizer que tenha ficado alheia à discussão estabelecida na época, ou que muitos de seus artigos não tenham sido criticados, até mesmo pelos colaboradores próximos de Gluckman. Se é possível falar de marginalidade, principalmente no tocante à recepção de sua monografia de 1963, ainda sim acredito que a questão se torna mais pungente enquanto um relato fornecido pela própria autora, através de sua experiência. Não se trata, portanto, de inferir se Douglas foi ou não marginalizada no campo africanista, mas sim relativizar e analisar este tema.

[5] No início de *Como as Instituições Pensam* (Douglas, 1998), por exemplo, Douglas procura pensar sobre o lugar que *The Lele of the Kasai* ocupa em sua obra: o livro deveria ser a conclusão de seu pensamento antropológico.

pesquisa e da inserção nas instituições acadêmicas. Entretanto, as razões atribuídas para a exclusão deste campo, por Douglas e alguns de seus colegas, apenas enriquecem tal reflexão.

A publicação da monografia dos Lele, em 1963, foi apontada por alguns como o surgimento de um novo clássico etnográfico na literatura antropológica de língua inglesa (ver, por exemplo, as duas resenhas de Vansina e a resenha de Kuper, respectivamente em VANSINA, 1964a e 1964b e KUPER, 1963). Entretanto, mesmo que o trabalho fosse muito inspirado na metodologia cara aos antropólogos da Escola de Manchester, o livro de Douglas não recebeu a atenção que se poderia imaginar.

Entre as razões apontadas por Fardon, o fato de ter escrito sobre uma sociedade em uma colônia de língua francesa; muitos dos interlocutores da antropóloga eram de fato etnógrafos belgas, que poderiam estar interessados em suas reflexões. Não obstante, mesmo nas universidades francófonas o trabalho não foi muito utilizado, já que o mesmo nunca foi traduzido para o francês.

Entretanto, uma outra razão foi o fato de Douglas nunca ter se inserido de fato na rede de relações sociais do grupo africanista formado ao redor de Max Gluckman, com quem a antropóloga na verdade não tinha boas relações (ainda que tenham trabalhado juntos no projeto do *Ethnographic Survey of Africa*, financiado pelo *Internationtal African Institute*). Os dois se indispuseram publicamente, acerca de uma publicação da equipe de pesquisa do Rhodes-Livingstone, criticada por Douglas, enquanto ainda uma jovem antropóloga recém-formada que procurava seu espaço no campo acadêmico britânico (ver a crítica de Mary Douglas em DOUGLAS, 1952 e a resposta de Gluckman e Colson em GLUCKMAN; COLSON, 1952).

Douglas me informou que não tinha boas impressões de Gluckman (diversos outros antropólogos também lembram da personalidade difícil de Gluckman) desde que lera algumas duras críticas que o sul-africano fizera a Malinowski. Também me disse que talvez tivesse mais sucesso e interlocução se fosse para Manchester, mas parece que não estava disposta a enfrentar certas escolhas. Permaneceu em Oxford até seu doutoramento e depois escolheu se inserir no departamento de antropologia da não tão prestigiosa *University College* de Londres, onde um de seus mentores, Daryll Forde (diretor do *International African Institute* por muitos anos), lecionava.

Assim, tão importante quanto precisar a herança intelectual de Mary Douglas (principalmente através da análise da influência de Evans-Pritchard e de Franz Steiner, em Oxford), é investigar o contexto do campo africanista no período em que a antropóloga realizou sua pesquisa no Congo e tentava se inserir no mundo acadêmico e na crítica etnográfica sobre o continente africano. Mas são nas minúcias das entrevistas, das conversas, do conjunto de informações reunidas com a investigação dos arquivos dos institutos que financiaram sua pesquisa e foram responsáveis por sua formação teórica, bem como das cartas, dos cadernos de campo, que os resultados desta configuração de poderes, prestígio e status, que as hipóteses sobre a relativa marginalidade de Douglas, ficam mais claras. Ou melhor, parecem ilustrar processos sociais através da trajetória de uma pessoa. Ganham substrato, se é possível colocar desta forma, e tornam mais palpável a experiência de Douglas.

O que tentei apontar neste artigo são as possibilidades que uma abordagem sobre trajetória e história de vida, que dê atenção para a experiência de Douglas acerca de seu ingresso no mundo acadêmico, trazem para relativizar a

análise sociológica do campo. As razões atribuídas por Fardon, que parecem confirmar a teoria de Bourdieu, para a marginalidade relativa de Mary Douglas, sugerem a existência de um universo de regras que foram responsáveis pela exclusão da antropóloga de seu meio (fatores de ordem social: gênero, classe social, religião e interlocução teórica). Entretanto, dados produzidos pela análise de material bibliográfico e de arquivo, mas sobretudo de minha própria experiência no contato com os personagens envolvidos no trabalho antropológico, complementam e relativizam tais conclusões. É desta maneira que uma reflexão sobre a própria pesquisa pode ser importante para ver, sob uma nova luz, a importância deste período na obra de Douglas, ao mesmo tempo em que traz elementos para repensar algumas metodologias de trabalho antropológico.

Referências

BOURDIEU, P. **The Field of Cultural Production: Essays on Art and Literature**. Cambridge: Polity Press, 1993.

_____. A ilusão biográfica. In: _____. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1997.

CRAPANZANO, V. Life-Histories. **American Anthropologist**, n. 86, pp. 953-965, 1984.

DOUGLAS, M. Resenha de GLUCKMAN, M.; COLSON, E. (eds). Seven Tribes of British Central Africa. London: Oxford University Press, 1951. **Africa**, vol. 22, n. 1, pp. 81-82, 1952.

_____. **A Study of the Social Organization of the Lele of the Kasai**. Tese de doutorado de Filosofia em St. Anne's College, Oxford, 1953.

_____. **The Lele of the Kasai**. London: Oxford University Press, 1963.

_____. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

_____. **In the Wilderness: The Doctrine of Defilement in the Book of Numbers**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

_____. **Como as Instituições Pensam**. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. **Leviticus as Literature**. Oxford: Oxford University Press, 1999 (a).

_____. Racionalismo e crença – entrevista concedida a Peter Fry em dezembro de 1998. **Mana**, vol. 5, n. 2, pp. 145-156, 1999 (b).

_____. **Jacob's Tears: The Priestly Work of Reconciliation**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

FARDON, R. The Faithful Disciple: On Mary Douglas and Durkheim. **Anthropology Today**, vol. 3, n. 5, pp. 4-6, 1987.

_____. **Mary Douglas: An Intellectual Biography**. London; New York: Routledge, 1999.

GLUCKMAN, M.; COLSON, E. Seven Tribes in Central Africa (resposta à resenha de Mary Douglas em Africa 22,1). **Africa**, vol. 22, n. 3, pp. 271-274, 1952.

KOFES, S. **Uma Trajetória, em Narrativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

KUPER, A. Resenha de DOUGLAS, M. The Lele of the Kasai. London: Oxford University Press, 1963. **African Studies**, vol. 22, n. 3, pp. 134-135, 1963.

VANSINA, J. Resenha de DOUGLAS, M. The Lele of the Kasai. London: Oxford University Press, 1963. **MAN**, vol. 64, p. 67, 1964 (a).

_____. Resenha de DOUGLAS, M. The Lele of the Kasai. London: Oxford University Press, 1963. **Journal of African History**, vol. 5, n. 1, pp.141-142, 1964 (b).

* **CHRISTIANO KEY TAMBASCIA** é Mestre em Antropologia Social e Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas.